

ACTA N.º 13

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 30 de Junho de 1999.

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Salão de Festas da Associação Recreativa do Frade de Baixo, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente, Sr. Olímpio Francisco de Oliveira.

Para além do Presidente da Mesa compareceram os seguintes membros: Armindo João Gaspar Pinhão, Álvaro Favas Brasileiro, Paulo Francisco de Meio e Araújo Espírito Santo, Henrique Alberto Gomes Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Raposo Tirano, António José Sanfona Coelho, Justino Jorge Costa Marques, Maria de Fátima Rodrigues, Pedro Manuel Pereira Costa Branco, António Conceição Moreira, Maria Manuela Conceição Duque.

A Ordem **de Trabalhos**, foi a seguinte:

Ponto um - Exploração do Aterro Sanitário;

Ponto dois - Aprovação provisória do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;

Ponto três - Derrama para o ano 2.000;

Ponto quatro - Contribuição Autárquica para o ano de 1999, a cobrar em 2000;

Ponto cinco - Proposta de alteração de âmbito limitado do Plano de Pormenor para a Zona do Sacadura;

Ponto seis – 1.^a Revisão Orçamental para o ano de 1999;

Ponto sete - 2.^a Revisão ao Plano de Actividades para o ano de 1999;

Ponto oito - Alteração à tabela de taxas e Licenças para o ano de 1999 - Criação de Taxa - Mercado de Frutas do Carril.

Constituída a Mesa, pelo seu presidente e pelos senhores secretários Maria Fernanda Tirano e Pedro Costa Branco, foi iniciada a sessão com a discussão das actas números onze e doze, respeitantes à sessão de vinte e quatro de Abril e vinte e vinte e oito de Abril do ano corrente, respectivamente.

Ambas as actas foram aprovadas por unanimidade, com um pedido de rectificação por parte do eleito Armindo Pinhão, da acta número doze, respeitante à sessão de 28 de Abril, concretamente na página cento e noventa e dois, sobre a sua intervenção relativamente ao Relatório de Actividades, em que está escrito que ele pôs duas questões, quando na realidade o eleito pôs três questões, sendo que a terceira se prendeu com a “visita” da Inspeção Geral de Finanças.

O sr. Presidente da Mesa leu alguma da correspondência chegada à Mesa da Assembleia Municipal e efectuou alguns esclarecimentos que considerou pertinentes.

Continuando no uso da palavra e relativamente a uma carta do autarca Henrique Arraiolos, disse que este assunto, tendo em conta a sua natureza, pareceu-lhe não ter

consistência para ser votada nesta Assembleia Municipal. Disse ainda que não quer privar os elementos lesados nesta carta de intervir nesta matéria e pôs o assunto em discussão.

Paulo Espírito Santo pediu a palavra para dizer que não tinha conhecimento do conteúdo da carta em questão. Disse ainda que, a leitura desta carta, estando o seu conteúdo fora das competências da Assembleia Municipal e não estando presentes todos os envolvidos neste assunto, era, na sua opinião, um acto de alguma indelicadeza ou de incorrecção para com essas pessoas. Sugeriu que, tendo em conta a opinião do Sr. Presidente da Mesa relativamente ao cabimento ou não desta carta nesta Assembleia, a mesma, avance para discussão ou caso contrário a sua leitura e discussão não será necessária.

O Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça, António Moreira, interveio para esclarecer em pormenor o assunto relacionado com a carta referida anteriormente, informando a Assembleia que já teve oportunidade de esclarecer pessoalmente o eleito Henrique Arraiolos.

O eleito Henrique Arraiolos disse que não ia fazer mais nenhum comentário acerca deste assunto, achando que esta polémica, nem devia ter começado, quanto mais chegado até aqui.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Mesa deu início a este período e informou que dada a extensão da Ordem de Trabalhos, ele seria limitado a uma hora, ressalvando no entanto que o mesmo poderia ser prorrogado, se o plenário da assembleia assim o entendesse.

Armindo Pinhão pediu a palavra para colocar várias questões sobre alguns pontos que em sua opinião começam a não ser justificáveis:

Começou por dizer que não acredita em desenvolvimento sem planeamento e sem planos aprovados. Mostrou-se admirado pelo facto de ainda não se ter discutido as propostas de alteração ao Plano Director Municipal, apesar de se falar disso em quase todas as Assembleias.

Alertou para o facto de estar em via de ruína um edifício classificado como Património Municipal, que caso seja demolido, pode trazer alguns problemas graves a esta Câmara.

Mostrou-se também admirado pelo facto do Plano de Ordenamento do Centro Cívico de Alpiarça ainda não ter sido posto em discussão. Referiu ainda que, em relação às propostas de alteração efectuadas pela bancada da CDU, as mesmas foram entregues há cerca de seis meses e até agora não foram discutidas, embora segundo informações que lhe foram transmitidas, já tenha chegado à Câmara a segunda fase do referido Plano.

Em relação à zona envolvente da Barragem dos Patudos, há obras a decorrer, há

planos entregues, ninguém sabe nada ou só sabem alguns e opinou que este assunto devia ser discutido em Assembleia Municipal.

Pediu esclarecimento quanto ao ponto de situação do inquérito à AgroAlpiarça.

Em relação à construção que está ser erguida perto da Escola das Faias, disse não concordar com a sua implantação, já que o prédio ocupa o lote a cem por cento.

Gostava de saber qual o ponto de situação do relatório da última inspecção à Câmara Municipal de Alpiarça.

Mostrou a sua tristeza em relação ao que se passa no jornal "Voz de Alpiarça", ou seja, em relação a artigos falsos e a coisas mal escritas que são publicadas no referido jornal sem que a Câmara desmintas essas afirmações. Deu ainda como exemplo um editorial que relatava uma quantia de quatrocentos e cinquenta milhões de escudos para o Centro Cívico, quanto o projecto ainda nem sequer foi aprovado.

Álvaro Brasileiro mostrou a sua preocupação em relação à notícia que apareceu nos jornais relatando o fecho da empresa COMPAL. Considerou que apesar do desmentido do Governo, é alarmante e preocupante esta notícia, dada a importância desta empresa quer a nível local, quer a nível nacional.

Continuando no uso da palavra e reportando-se ao dia 24 do mês em curso, lamentou o facto de uma visita de estudo de alunos do Seixal que era para se realizar ao Mouchão do Inglês e à Reserva Zoológica não se concretizar, visto ser impedida a visita à Reserva Zoológica. Pediu então explicações para o sucedido.

Relativamente à notícia que vem na «Voz de Alpiarça» sobre uma valinha na zona da Feira, referiu que a mesma é falsa e chamou a atenção para o facto daquela obra estar incompleta, indicando o que, em sua opinião, devia ser feito para a completar.

O sr. Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra para dizer que não tem nada a ver com as notícias que vêm no referido jornal. Disse ainda que a obra não está acabada, no entanto já diligenciou nesse sentido.

Pedro Branco interveio para pedir, uma vez mais, a documentação referente à Biblioteca Municipal. Esclareceu que o seu pedido se refere, essencialmente, à correspondência entre a Câmara e o Instituto Português do Livro, que sustentam as afirmações que o senhor Presidente da Câmara faz.

Em relação aos candeeiros que foram colocados ao longo dos passeios da Barragem dos Patudos, perguntou se a colocação que eles têm actualmente não configuram a existência de barreiras arquitectónicas, parecendo-lhe que a sua localização, ao contrário do que, pelo bom senso, devia ser fora do eixo do passeio, está colocada quase no meio do passeio. Assim, pensa que se alguém precisar deslocar-se com um carrinho de bebé ou outro instrumento desse tipo não terá acesso fácil.

Paulo Espírito Santo, referindo-se à notícia sobre a empresa COMPAL, considerou

que, a mesma, pela sua natureza e tendo em conta outras notícias, mais credíveis, que desmentem a primeira, esta Assembleia Municipal não se deve preocupar com estas notícias e não acha pertinente trazer assuntos desta natureza para esta Assembleia.

Mostrou também o seu contentamento pelo facto deste executivo já estar a resolver o problema da valinha, que já se arrasta há bastante tempo.

Álvaro Brasileiro voltou a reafirmar a sua preocupação pela publicação da notícia, sobre o fecho da Compal, dada a importância desta empresa para a economia da região e do país. Em relação ao problema da valinha, referiu que levantou esse problema porque, realmente, os acontecimentos relatados pelo próprio, aconteceram.

Armindo Pinhão pediu a palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a forma como foram conduzidas as negociações dos terrenos englobados no Centro Cívico de Alpiarça. Continuando com o uso da palavra, criticou a forma como a “A Voz de Alpiarça» está a produzir determinadas notícias e acrescentou que sempre que leia alguma notícia que não goste ou que ache desajustada da realidade, publicada neste ou noutro jornal, trará o assunto à Assembleia, quer o eleito Paulo Espírito Santo concorde ou não.

Relativamente às questões que lhe foram colocadas, o senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:

Relativamente à alteração do PDM, informou que a Câmara estava à espera da acta da reunião da Comissão Nacional da REN, sobre a área ocupada pela empresa Triplanta, que já foi desanexada da REN, para que o projecto apresentado por esta empresa possa ser aprovado. As outras alterações pedidas já estão aprovadas.

Sobre a demolição do edifício classificado, a demolição foi aprovada tecnicamente pelo Gabinete Técnico e é provável que se tenha de ter cuidado com aquela situação, de qualquer modo há uma responsabilidade na recuperação da fachada do edifício. Caso isso não seja viável, teremos de pensar na sua alteração e trazer o assunto à Assembleia Municipal

Quanto ao Plano de Ordenamento do Centro Cívico de Alpiarça e das demolições em curso, esclareceu que as demolições estão em curso porque aquela zona é para recuperar e reconfigurar. Informou ainda que o plano em causa tem avançado progressivamente e foram sugeridas algumas alterações à empresa que está a elaborar o Plano, tendo em conta as várias propostas de alteração que têm vindo a surgir, quer da bancada da CDU, quer da bancada do PS.

Relativamente à Zona Envolvente da Barragem dos Patudos, informou que o plano está em curso, mas que têm vindo a surgir algumas alterações e estão a tentar concretizar-se alguns projectos inseridos no III Q.C.A., que vem com novas regras.

Sobre o ponto de situação do aval à AgroAlpiarça, esclareceu que ele consta do relatório preliminar elaborado pela Inspeção Geral de Finanças.

Houve que responder a esse e a outros aspectos do relatório, que foi bastante

profundo e não deve ser divulgado, aguardando-se o relatório final.

Relativamente ao prédio junto à Escola das Faias, informou que o projecto foi aprovado em reunião Camarária. Informou ainda que a Câmara Municipal tentou fazer uma negociação com a família, no sentido de se consagrar para aquele espaço uma utilização pública, o que não foi possível conseguir-se devido aos montantes pedidos.

Quanto às notícias publicadas na “Voz de Alpiarça”, referiu que a Câmara Municipal de Alpiarça não pretende controlar a imprensa, porque isso é um passado de má memória. Vivemos numa economia de mercado e são os leitores que devem ajuizar se este ou aquele jornal lhes merece credibilidade, acrescentou ainda que, em sua opinião, como vivemos em liberdade de imprensa, quem se sentir lesado deve invocar a necessidade de desmentido, sendo mais difícil e complicado responder ao anonimato daquilo que se escreve, quando se sabe a morosidade com que os tribunais tratam destes assuntos.

Relativamente ao Centro Cívico de Alpiarça e as negociações que estavam em curso, informou que havia duas situações que estavam pendentes, designadamente, uma casa que pertencia ao sr. Celestino Miguel, que foi negociada através do pagamento de seis milhões de escudos e um terreno do sr. Alfredo Tavares que foi negociado pelo próprio. Informou também que em relação à loja da firma Pinhão & Pinhão e do mini-mercado Kinita, são situações de rendas da Câmara e estamos numa posição de diálogo com os rendeiros. A haver indemnizações, elas serão efectuadas em quantitativos legais e nunca dentro dos valores que têm vindo a lume.

Sobre a notícia que saiu no Expresso no dia dezoito de Junho, sobre o fecho da Compal, opinou que ela merece a preocupação de qualquer pessoa ou entidade. Informou que já participou em duas reuniões onde este assunto foi abordado e disse acompanhar o evoluir da situação com toda a preocupação.

Quanto ao assunto da excursão de alunos de uma escola do Seixal, esclareceu que a visita à Reserva Zoológica não foi possível porque de momento estão trabalhos a decorrer. A reserva foi objecto de um plano de corte de eucaliptos e arranque dos cepos e existe um projecto de reflorestação da zona, que veio do anterior Executivo, mas que está a ser alterado, porque é impensável reflorestar todo o espaço com árvores de crescimento lento, como o pinheiro manso e ter sombras apenas daqui a vinte ou trinta anos. Daí optar-se por reflorestar aquele espaço com um misto de árvores de crescimento lento e outras de crescimento rápido, o que importará em cerca de doze mil e quinhentos contos.

Relativamente à valinha, esclareceu que a obra estava incompleta, no entanto está melhor do que estava e em vias de ser concluída.

Quanto à documentação, referente à Biblioteca Municipal, solicitada pelo autarca Pedro Branco, esclareceu que os documentos que lhe foram fornecidos são aqueles que existem na Câmara.

Sobre os candeeiros na barragem, esclareceu que os passeios previstos foram reconfigurados, ficando o passeio mais largo do lado da barragem e destinado a passeios em grupo e os candeeiros foram colocados, precisamente no passeio do outro lado que é mais estreito. Quanto à iluminação da albufeira, informou que está em curso um projecto para manutenção das margens e iluminação do espaço da água.

A vereadora Gabriela Coutinho pediu a palavra para esclarecer o modo como são feitos os contactos para a Reserva Zoológica. Informou também que sempre que esses contactos são feitos, por escrito, a resposta é dada. Informou ainda que o funcionário também costuma esclarecer as pessoas que se dirigem com esse fim.

Henrique Arraiolos sugeriu que se retirasse a placa indicativa de Reserva Zoológica enquanto durassem as obras e que se colocasse uma placa indicativa à porta do espaço, com a finalidade de explicar a situação.

Álvaro Brasileiro, em nome da bancada da CDU, apresentou a seguinte moção:

"Vítima de doença no coração, faleceu Mário Figueiredo Pereira, mais conhecido por Mário "Fióla".

Foi trabalhador da Câmara Municipal de Alpiarça, durante vários anos, foi como Homem, como Profissional e como Dirigente Sindical que à sua volta granjeou simpatia e amizade.

A Assembleia Municipal de Alpiarça reunida aos 30 do mês de Junho de 1999 envia à família enlutada os mais sentidos pêsames".

Esta moção foi aprovada, por unanimidade.

Josué Cavalheiro, em nome da bancada do PS, apresentou a seguinte moção:

"A Assembleia Municipal de Alpiarça reunida em sessão ordinária no dia 30 de Junho de 1999, manifesta o seu regozijo pelo fim da intervenção militar na Jugoslávia e expressa o seu pesar pelos milhares de vítimas inocentes que morreram às mãos do ditador Milosevic".

Esta moção foi aprovada por maioria, com oito votos a favor e seis abstenções. Fernanda Tirano, em nome da bancada do PS, apresentou a seguinte moção:

"No passado dia 12 de Maio, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, visitou Alpiarça.

A visita do Senhor Presidente da República é, em si mesma, um motivo de orgulho para todos os Alpiarcenses.

O facto de, com esta visita, Sua Excelência se ter associado às obras de conservação da Casa Museu dos Patudos, é motivo de reconhecimento acrescido.

A Assembleia Municipal Alpiarça, de reunida em sessão ordinária de 30 de Junho de 1999, manifesta o seu regozijo pela visita do Senhor Presidente da República".

Esta moção foi aprovada, por unanimidade.

Votadas as moções o sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições dos senhores autarcas que desejassem interpelar o sr. Presidente da Câmara sobre eventuais

dúvidas relativamente à informação escrita prestada a esta Assembleia e respeitante à actividade da Câmara Municipal desde a realização da última sessão ordinária, a qual tinha o seguinte teor:

ACTIVIDADE GENÉRICA

1. *Beneficiação de estradas asfaltadas e em terra*
2. *Arranjos vários na Escola Primária*
3. *Beneficiação do parque de jogos da Escola Primária para funcionamento de OTL*
4. *Construção de parque para bicicletas na Escola C+S (participação da J. Freguesia)*
5. *Beneficiação da rede de esgotos no Bairro 25 de Abril*
6. *Implementação de novos arruamentos no Cemitério*
7. *Limpeza do Parque de Merendas do Carril*
8. *Beneficiação do Mercado de Frutas de Alpiarça*
9. *Plantação de árvores no Centro de Exposições*
10. *Reforço do abastecimento de água na Zona do Sacadura*
11. *Colocação de muros de protecção na povoação do Casalinho*
12. *Regularização e limpeza da zona envolvente à Associação de Frade de Cima*
13. *Reforço de areia no campo de futebol da Barragem*
14. *Criação de campo de futebol de praia no Casalinho*
15. *Apoio à realização do Picnicão*
16. *Apoio à realização da festa de finalistas no Jardim das Faias*
17. *Apoio à realização de prova de ciclismo no Frade de Baixo*
18. *Apoio à realização da festa de fim de ano, na Escola Primária*
19. *Apoio à realização das festas de final de ano, na Escola C+S*
20. *Apoio à realização da Festa Anual do Casalinho*
21. *Apoio à realização do acampamento do núcleo de jovens de Alpiarça - Patacao*
22. *Apoio à realização de curso de massagistas organizado pela Associação de Futebol de Santarém*
23. *Apoio à realização da Semana Desportiva na Escola C+S de Alpiarça*
24. *Apoio à realização de concurso de pesca - DECULT*
25. *Apoio à realização de Volley de Praia - Patacão*
26. *Realização do Grande Prémio dos Patudos*
27. *Conclusão dos arruamentos da Gouxaria*
28. *Construção da E.t.a.r. da Gouxaria*
29. *Conclusão da ligação em asfalto Frade de Baixo -Frade de Cima*
30. *Conclusão do asfalto dos arruamentos da Zona Industrial*
31. *Conclusão da ligação em asfalto Frade de Cima - Casalinho*

OBRAS EM CURSO

- 1 *Construção das Piscinas Municipais*
- 2 *Valorização Ambiental do Complexo dos Patudos*

3. *Estrada de Ligação Casalinho - Parque de Campismo*
4. *Arruamentos e passeios no Casalinho*
5. *Novas instalações das oficinas da CMA na Zona Industrial*
6. *Preparação para asfaltamento das Ruas Artur Gonçalves e da Liberdade - Frade Baixo*
7. *Construção de passeios na Rua 1.º de Maio - Frade de Baixo*
8. *Etar Inter-municipal*
9. *Canil Municipal*

VISITAS AO CONCELHO

1. *Professor Doutor João Santos - Assessor do Senhor Presidente da Republica*
2. *Delegação de Bombeiros Norte - Americanos*
3. *Eng. Carlos Melancia*
4. *Presidente da Orbitur*
5. *Presidente do IVV*
6. *Presidente da CVRR*
7. *Representante da Região de Turismo do Oeste*
8. *Presidentes das Regiões de Turismo do Ribatejo e Templário*
9. *Director Geral da OIV, Senhor Dutruc Rousset*
10. *Director Geral do Turismo*
11. *Presidentes das Câmaras Municipais de Almeirim, Santarém, Cartaxo, Porto de Mós, Murça, Figueiró dos Vinhos, Penalva do Castelo e Constância*
12. *Director da Universidade do Vinho de França*
13. *Presidente do NERSANT*
14. *Director do Serviço Sub -Regional de Segurança Social*
15. *Presidente da Casa do Ribatejo*
16. *Directora do Instituto Português de Museus*
17. *Director Geral da DGEMN*
18. *Presidente da CCRLVT*
19. *Secretário de Estado das Obras Públicas*
20. *Ministro da Solidariedade - Dr. Ferro Rodrigues*
21. *Sua Excelência o Presidente da República*

Pedro Branco sugeriu que a informação fornecida pelo senhor Presidente da Câmara não fosse tão exaustiva, ou seja, que a informação anteriormente referida não contemple todas as acções, até ao dia da Assembleia, que parasse uns dias antes, de modo que a mesma, seja facultada com a devida antecedência aos membros desta Assembleia e lhes permita uma avaliação mais cuidada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um - Exploração do Aterro Sanitário.

Posto à discussão e posterior votação, este ponto foi aprovado, por unanimidade.

Ponto dois - Aprovação provisória do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Posto o ponto à discussão, verificaram-se as intervenções do sr. Presidente da Mesa, dos eleitos Paulo Espírito Santo, Josué Cavalheiro, Pedro Branco e Henrique Arraiolos que sugeriram que se efectua-se algumas alterações à redacção do art.º 4.º, passando a alínea j) a contemplar um representante do ensino básico e pré-primário, a alínea k) um representante da Escola E,B 2,3/S, a alínea l) dois representantes das colectividades e a alínea m) um elemento de cada força política representada na Assembleia Municipal.

Discutido o ponto, foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto três - Derrama para o ano 2.000.

Posto o ponto à discussão, Armindo Pinhão perguntou quanto se recebeu o ano passado de Derrama.

O sr. Presidente da Câmara informou que o seu valor é desconhecido, porque nem todas as empresas entregaram a declaração de IRC

Votado o assunto, foi aprovado, por maioria, com cinco abstenções.

Armindo pinhão fez a seguinte declaração de voto: "abstive-me porque continuo a pensar que a criação de mais este imposto não se justifica"

Ponto quatro - Contribuição Autárquica para o ano de 1999, a cobrar em 2.000.

Posto o ponto á discussão, Armindo Pinhão manifestou a opinião que o que estava a ser proposto era a passagem para a taxa máxima de Contribuição Autárquica.

O sr. Presidente da Câmara prestou os necessários esclarecimentos, informando que se trata tão só de aplicar os mecanismos financeiros consignados na Lei.

Paulo Espírito Santo, reportando-se à reunião de Câmara em que este assunto foi aprovado, por maioria, com dois votos contra dos vereadores da CDU, solicitou uma explicação pelo seu voto contra, ao vereador presente, Carlos Jorge Pereira.

Armindo Pinhão argumentou que cada um é responsável pelos seus actos e opinou que não se justifica um aumento para o valor máximo.

Paulo Espírito Santo esclareceu que não fez pergunta nenhuma ao autarca Armindo Pinhão.

Armindo Pinhão fez distinção entre sessão de Câmara e sessão de Assembleia Municipal e considera que as tomadas de posição, na sessão de Câmara, deverão ser explicadas durante a mesma e não posteriormente.

O senhor Presidente da Mesa perguntou ao vereador em questão se este queria responder à questão colocada pelo eleito Paulo Espírito Santo.

O vereador Carlos Jorge Pereira respondeu que não.

Em relação à resposta do vereador Carlos Jorge Pereira, Paulo Espírito Santo referiu que iria ver no regimento se o vereador em questão tem legitimidade para poder por um lado tomar uma posição e perante o órgão fiscalizador dos membros eleitos,

que á a Assembleia Municipal, se recusar a prestar essa informação.

Referiu ainda que lhe parece que o voto contra, teria mais qualquer coisa, porque em anteriores sessões, esta Assembleia votou, eventualmente com algum erro por deficiente informação e sua culpa por não ter ouvido os vereadores da oposição nessa altura, uma vez que, houve uma vereadora que alertou para essa situação. Deste modo e no sentido de solicitar a intervenção dos restantes vereadores neste assunto, lhe foi colocada esta questão.

Henrique Arraiolos lamenta que se esteja a enveredar por este caminho, que atinge as raias do ridículo, ou seja questionar vereadores, sejam eles quais forem, pelas tomadas de posição tidas em reuniões de Câmara. Solicitou que chamassem o autarca à razão e sugeriu que se avançasse para a votação.

Posta à votação, a proposta foi aprovada, por maioria, com seis votos contra.

Ponto cinco - Proposta de alteração de âmbito limitado do Plano de Pormenor para a Zona do Sacadura.

Posto o ponto à discussão, o eleito Armindo Pinhão votou contra porque este processo foi apresentado para aprovação em reunião de Câmara, fora da ordem de trabalhos e foi entregue incompleto para apreciação dos membros desta Assembleia, porque lhe falta uma planta de localização do local.

O sr. Presidente da Câmara, quanto a isto, esclareceu que o documento foi preparado com alguma urgência para vir à Assembleia Municipal, para dar resposta a algumas solicitações que estão em curso e outras muito antigas, ou seja, proceder à integração num espaço privado de algumas parcelas que estão no domínio público.

Posto à votação, este ponto foi aprovado por maioria com seis votos contra.

Ponto seis – 1.^a Revisão Orçamental para o ano de 1999.

Posto à discussão e posterior votação, este ponto foi aprovado, por unanimidade.

Ponto sete – 2.^a Revisão ao Plano de Actividades para o ano de 1999.

Posto à discussão e posterior votação, este ponto foi aprovado, por unanimidade.

Ponto oito - Alteração à tabela de taxas e Licenças para o ano de 1999 - Criação de Taxa - Mercado de Frutas do Carril.

O sr. Presidente da Mesa, informou que por lapso, o Regulamento do Mercado de Frutas do Carril, que dá origem a esta alteração de taxas está omissa na ordem de trabalhos, embora todos os elementos da Assembleia o tenham recebido.

O sr. Presidente da Câmara solicitou à Chefe de Repartição Administrativa e Financeira que esclarecesse esta situação, visto que o Regulamento está omissa.

De seguida a Chefe de Repartição Administrativa e Financeira, informou que o aparecimento do Regulamento do Mercado de Frutas, deu origem à alteração da Tabela de Taxas, estando implícito que a discussão e aprovação de uma coisa, obriga à discussão e aprovação da outra.

Armindo Pinhão opinou que, se na elaboração do Regulamento foram ouvidos os

agricultores, podemos passar à sua aprovação.

Álvaro Brasileiro considerou que é um bom passo que se vai dar na resolução de um problema que já tem barbas e opinou que mesmo com o regulamento vais ser difícil gerir aquele espaço, dada a maneira de ser e agir individualista de muitos agricultores.

O sr. Presidente da Câmara informou que o Regulamento foi discutido com os agricultores e todos os pontos mereceram a aprovação por unanimidade, à excepção do encerramento do mercado ao Domingo, em que as opiniões se dividiram, porque houve quem defendesse o encerramento e quem se opusesse, daí que se tenha realizado uma votação, mantendo-se nesta fase o mercado sempre aberto.

Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo assistência na sala, o sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que cada cidadão apenas poderia usar da palavra por uma única vez, devendo dirigir-se á mesa, devendo reportar-se apenas à ordem de trabalhos.

Esgotado este período e não se registando qualquer intervenção, o sr. Presidente da Mesa pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/RV